

## ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE O DESFAZIMENTO DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*BIBLIOMETRIC STUDY ON THE DISPOSAL OF UNSERVIBLE ASSETS IN THE PUBLIC ADMINISTRATION*

Isis Bruna Gomes Pacheco  
Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP)  
Universidade Federal de Rondônia - UNIR  
isis.pacheco@unir.br

Iluska Lobo Braga  
Doutora em Administração pela Universidade do Grande Rio  
Docente do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP)  
Universidade Federal de Rondônia - UNIR  
iluska.lobo@unir.br

Dávisson Lucas Vieira Afonso  
Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP)  
Universidade Federal de Rondônia - UNIR  
davisson1993@gmail.com

Aprovado em 12/2022

### **Resumo**

A demanda por modernização na administração pública despertou o interesse na implementação de tecnologias para facilitar o processo produtivo. A obsolescência e uso prolongado tornam os bens inservíveis que devem ser submetidos ao processo de desfazimento. Considerando a necessidade de explorar estudos acadêmicos voltados ao tema, faz-se a seguinte pergunta: qual o cenário dos estudos apresentados em teses e dissertações no Brasil sobre desfazimento de bens na Administração Pública? Para responder ao referido questionamento, o objetivo deste estudo é realizar levantamento bibliométrico dos estudos apresentados em teses e dissertações no Brasil sobre o desfazimento de bens na administração pública. Foram realizadas buscas por trabalhos publicados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES que resultou na seleção de 17 dissertações. Dentre os resultados apresentados, apontou-se que a doação, leilão, reutilização e reciclagem são as formas de desfazimento mais usuais pelas instituições estudadas e sugeridas pelos autores dos estudos.

Palavras-chaves: desfazimento de bens; bens inservíveis; administração pública

## Abstract

*The demand for modernization in public administration aroused interest in the implementation of technologies to facilitate the production process. Obsolescence and prolonged use make goods unserviceable and must undergo the process of undoing. Considering the need to explore academic studies focused on the subject, the following question is asked: what is the scenario of studies presented in theses and dissertations in Brazil on the disposal of assets in Public Administration? To answer this question, the objective of this study is to carry out a bibliometric survey of the studies presented in theses and dissertations in Brazil on the disposal of assets in public administration. Searches were carried out for works published in the Catalog of Theses and Dissertations of CAPES, which resulted in the selection of 17 dissertations. Among the results presented, it was pointed out that donation, auction, reuse and recycling are the most common forms of undoing by the institutions studied and suggested by the authors of the studies.*

**Keywords:** *disposal of goods; unserviceable goods; public administration*

## 1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública tem um papel primordial na prestação de serviços públicos para proporcionar o bem-estar à coletividade e para isso, é necessário que as instituições públicas estejam providas de uma estrutura adequada composta de bens patrimoniais duráveis como mobiliários e equipamentos visando ao cumprimento de suas finalidades (MORAES, 2021).

O anseio pela modernização do aparelho estatal para entregar serviços públicos de qualidade à sociedade despertou o interesse na implementação de tecnologias para facilitar o

processo produtivo de modo que houvesse maior eficiência nos resultados. Porém, os avanços tecnológicos fazem com que os bens se tornem obsoletos mais rapidamente, se acumulando e gerando resíduos sólidos (AFONSO et al., 2017; LIMA; BORGES, 2020).

Considerando a realização de compras não-programadas, a obsolescência e os danos decorrentes de uso e do tempo, os bens apresentam vida útil e durabilidade reduzidas que os tornam inservíveis, gerando um grande acúmulo desses bens que lotam depósitos e ocupam espaços destinados às atividades finalísticas das instituições públicas (ROSA et al., 2018).

Entretanto, há uma preocupação quanto ao destino dos bens inservíveis, considerando que não podem ser depositados de forma inadequada, pois deve-se tomar os cuidados necessários para não gerar impactos negativos ao meio ambiente e à saúde humana.

As substâncias tóxicas e os metais pesados que compõem os equipamentos eletroeletrônicos, por exemplo, se despejados no solo, na água e no ar, podem trazer prejuízos irreversíveis aos seres humanos e ao meio ambiente, contribuindo para a proliferação de doenças e para o esgotamento dos recursos naturais (ANDRADE et al., 2010; BATISTA, 2018; LIMA, 2018; RODRIGUES, 2007; ROSA, 2017).

Além disso, os atos realizados pelas instituições públicas para o desfazimento de bens inservíveis, devem ser pautados pela norma legal que versa sobre o assunto, porque esses bens foram adquiridos com recursos públicos e a Administração Pública não pode destiná-los “como poderia agir o particular” (GONÇALVES, 2021, p. 07). Nesse sentido, os bens inservíveis devem ser submetidos ao processo de desfazimento a ser realizado de acordo com o

---

Decreto nº 9373 de 11 de maio de 2018 que normatiza as formas de alienação, cessão, transferência, destinação e disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2018; GONÇALVES, 2021).

Partindo-se da necessidade de explorar estudos acadêmicos realizados para se obter maior conhecimento sobre o tema, este estudo apresenta o seguinte questionamento: Qual o cenário dos estudos apresentados em teses e dissertações no Brasil sobre desfazimento de bens inservíveis no âmbito da Administração Pública? Para responder à pergunta do problema de pesquisa, o objetivo geral é: realizar um levantamento bibliométrico dos estudos que foram apresentados em teses e dissertações no Brasil sobre o desfazimento de bens inservíveis no âmbito da Administração Pública.

Ainda, os objetivos específicos são: identificar os tipos de bens inservíveis mais destinados para o desfazimento; verificar as formas de desfazimento mais adotadas pelas instituições estudadas; e detectar as formas de desfazimento mais recomendadas nos estudos analisados.

Este estudo apresenta estruturação em seis tópicos, sendo esta introdução para contextualizar o problema, bem como apresentar o questionamento da pesquisa e os objetivos como primeiro tópico; o referencial teórico e conceitual que apoiam o estudo como segundo tópico; a metodologia como terceiro tópico no qual estão delineados os procedimentos adotados para desenvolvimento deste estudo; os resultados e discussão como quarto tópico; e as considerações finais como quinto tópico.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL

---

Neste tópico apresenta-se o referencial teórico que norteou este estudo, onde serão delineados os apontamentos alusivos à norma legal aplicada à realização do processo de desfazimento de bens móveis inservíveis na Administração Pública Federal.

A Instrução Normativa nº 205/1988/SEDAP/PR determina que se deve reduzir despesas com a aquisição de novos bens por intermédio da organização, planejamento e operacionalização de um plano integrado de manutenção e recuperação dos bens em uso nas instituições com o objetivo de alcançar maior durabilidade e desempenho. Contudo, a manutenção somente poderá realizada se a despesa seja orçada até 50% do seu valor de mercado. Caso o orçamento supere os 50% do valor estimado de mercado, o bem é direcionado para a alienação.

O desfazimento de um bem inservível é um dos motivos que dão origem à baixa de um bem do acervo patrimonial de uma instituição (ROSA, 2018). O desfazimento de bens móveis na Administração Pública Federal foi previsto inicialmente na Instrução Normativa nº 205/1988/SEDAP no item 11 que orienta sobre as formas de cessão e alienação de bens. Logo no ano de 1990 vigora o Decreto nº 99658/1990, o primeiro documento legal que regulamentou o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de bens na esfera federal.

A Lei Federal nº 8666/1993 no inciso II do artigo 17, estabelece a alienação de bens móveis precedida de avaliação prévia e de licitação, podendo ser dispensada nas situações de doação para atender finalidade e interesse social depois de avaliada a oportunidade e conveniência socioeconômica em relação a seleção de outra forma; de permuta somente permitida entre

Quadro 1 – Classificação dos bens inservíveis conforme o Decreto 9.373/2018

Classificação dos bens inservíveis	Requisitos
Ociosos	Bens que estão em boas condições de uso e bom funcionamento, mas que não estão sendo utilizados;
Recuperáveis	Bens que necessitam serem recuperados e que o orçamento para conserto não exceda a 50% de seu valor de mercado;
Antieconômicos	Bens que apresentam rendimento precário ou a sua manutenção torna-se onerosa em virtude do uso prolongado, desgaste prematura ou obsolescência;
Irrecuperável	Bens que não podem ser mais utilizados para a finalidade na qual foi destinado em decorrência da perda de suas características ou inviabilidade econômica para recuperação.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Brasil (2018)

órgãos da Administração Pública; e de leilão para a venda de bens móveis inservíveis para as instituições públicas.

Em 2018, o Decreto nº 9373 entrou em vigência e revogou o Decreto nº 99658/1990 apresentando atualizações das regras para as formas de alienação, cessão, transferência, destinação e disposição final ambientalmente adequadas dos bens que não são mais servíveis. O artigo 2º determina a realização do desfazimento de bens inservíveis mediante a aplicação dos princípios e objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos instituída pela Lei Federal nº 12305/2010 (BRASIL, 2018)

O processo de desfazimento de bens inservíveis deve ser realizado por comissão designada pela autoridade competente e composta por no mínimo três servidores, os quais devem inicialmente realizar a avaliação e classificação dos bens considerando o estado de conservação e os requisitos estabelecidos no Quadro 1 (BRASIL, 2018).

Após a avaliação e classificação, a comissão selecionará a forma de destinação mais adequada para os bens inservíveis mediante a avaliação prévia quanto à oportunidade e conveniência

socioeconômica em comparação com as demais formas de destinação (BRASIL, 2018). O Decreto 9.373/2018 prevê as formas de alienação na forma de doação, leilão e permuta, além das formas de cessão, transferência, destinação e disposição ambientalmente adequadas de bens móveis.

Cada forma de destinação apresenta requisitos para habilitação dos futuros destinatários desses bens. Nos casos em que o leilão é a forma escolhida no processo de desfazimento, os bens inservíveis são vendidos a quaisquer interessados que cumpram às regras do edital (SALVADOR, 2019).

Quanto à doação que visa o interesse público para atender finalidade social, os bens inservíveis podem ser doados à União, suas autarquias e suas fundações pública; às empresas públicas federais ou sociedades de economia mista federais prestadoras de serviço público para atender as suas atividades finalísticas; aos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como suas autarquias e fundações públicas; às organizações da sociedade civil e às organizações da sociedade civil de interesse público; e às associações e cooperativas que cumpram aos requisitos estabelecidos no Decreto nº

---

10.936/2022 que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2018; BRASIL, 2022).

A doação de bens e componentes de TI classificados como ociosos, recuperáveis e antieconômicos pode contemplar organizações da sociedade civil de interesse público e organizações da sociedade civil que participem do programa de inclusão digital do Governo federal ou ainda organizações da sociedade civil que comprovem dedicação à promoção gratuita da educação e da inclusão digital (BRASIL, 2018).

Quando se trata da cessão caracterizada como a movimentação de bens de caráter precário e por prazo determinado, a destinação dos bens deve ser realizada mediante a transferência de posse entre órgãos da União, entre a União e as autarquias e fundações públicas federais ou entre a União e as autarquias e fundações públicas federais e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e suas autarquias e fundações públicas. A transferência é definida como a movimentação de caráter permanente que poderá ser realizada de forma interna entre as unidades organizacionais de uma instituição e de forma externa entre órgãos da União, visando ao reaproveitamento de bens ociosos e recuperáveis (BRASIL, 2018).

As formas de destinação e disposição final ambientalmente adequada são escolhidas nas situações de impossibilidade ou inconveniência da alienação de bens inservíveis classificados como irrecuperáveis, devendo a autoridade competente determinar as referidas formas a serem executadas em consonância com a Lei nº 12.305/2010 (BRASIL, 2018). Considerando a importância de estudos relacionados ao processo de desfazimento de bens inservíveis no âmbito da administração pública, no tópico seguinte serão apresentados os procedimentos metodológicos aplicados neste estudo.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

---

Este estudo iniciou-se com a busca por produções científicas publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando-se os descritores “desfazimento” e “bens inservíveis” sem delimitação temporal da publicação, resultando em 07 teses e 79 dissertações em um total de 86 trabalhos. Após a leitura dos títulos e resumos para identificar os estudos que tratam sobre desfazimento de bens na Administração Pública, foram selecionadas 18 dissertações. No entanto, não se obteve acesso a uma dissertação, sendo que foi realizada a solicitação de acesso junto ao autor não havendo resposta e liberação de acesso ao referido trabalho.

Os critérios de busca foram definidos em razão de buscas prévias realizada nas bases de dados Web Of Science, Scopus e Spell com a utilização dos descritores “desfazimento” (AND) “bens inservíveis” (AND) “resíduos sólidos”, mas os resultados apresentavam artigos científicos que atendiam aos objetivos deste estudo ou a busca não apresentava resultados.

A leitura mais aprofundada das produções selecionadas foi necessária para o levantamento bibliométrico de informações que mais se apresentaram nos estudos, os quais foram tabulados e avaliados em planilha do Microsoft® Excel® para Microsoft 365 mediante a aplicação da função filtro para a filtragem e somatório da quantidade de informações similares constantes nesses estudos.

Os trabalhos analisados apresentaram as seguintes informações: os tipos de bens inservíveis que foram objeto de pesquisa; as áreas de atuação e esferas governamentais das instituições estudadas; as formas de desfazimento adotadas pelas instituições; as formas de desfazimento sugeridas nos estudos; e

Quadro 2 – Fórmulas para cálculo de porcentagem dos dados obtidos no levantamento bibliométrico nos estudos sobre desfazimento de bens inservíveis.

Descrição	Fórmula
TBI (tipos de bens inservíveis) = (QBI) Quantidade de determinado bem inservível dividido pela (QDE) quantidade de dissertações estudadas e multiplicado por 100.	$TBI = \frac{QBI}{QDE} \times 100$
AA (áreas de atuação) = (QAA) Quantidade de determinada área de atuação dividido pela (QIN) quantidade de instituições estudadas e multiplicado por 100.	$AA = \frac{QAA}{QIN} \times 100$
EG (esferas governamentais) = (QEG) Quantidade de determinada esfera governamental dividido pela (QIN) instituições estudadas e multiplicado por 100.	$EG = \frac{QEG}{QIN} \times 100$
FDA (formas de desfazimento adotadas) = (QDFA) Quantidade de determinada forma de desfazimento adotada dividido pela (QIN) quantidade de instituições estudadas e multiplicado por 100.	$FDA = \frac{QDFA}{QIN} \times 100$
FDS (formas de desfazimento sugeridas) = (QFDS) Quantidade de determinada forma de desfazimento sugerida dividida pela (QDE) quantidade de dissertações estudadas e multiplicado por 100.	$FDS = \frac{QFDS}{QD} \times 100$

Fonte: Elaborado pelos autores.

os impactos decorrentes do processo de desfazimento.

Para efeitos de análise e comparativo das informações levantadas nas produções científicas, foi utilizada a fórmula matemática de porcentagem referentes às informações que se apresentaram nos estudos, de acordo com as fórmulas expostas no Quadro 2.

#### 4 RESULTADOS E ANÁLISE

Neste tópico serão apresentados os resultados obtidos no levantamento bibliométrico realizado nas 17 dissertações encontradas na base de dados do Catálogo de Teses de Dissertações da CAPES (Quadro 3) que pesquisaram sobre desfazimento de bens inservíveis em instituições públicas no que concerne à identificação dos elementos que estão sendo estudados sobre o tema em questão.

Inicialmente foram levantados os tipos de bens inservíveis mais investigados, conforme o Gráfico

1. Os bens eletroeletrônicos são os tipos de bens com maior quantidade de estudos realizados voltados ao processo de desfazimento de bens inservíveis, representando um percentual de 71% devido ao alto grau de contaminação de pessoas e do meio ambiente por substâncias tóxicas que compõem esses bens e a sua rápida obsolescência imposta pelos avanços tecnológicos. Rosa (2018) revela sobre a prioridade em submeter os bens eletroeletrônicos em detrimento a outros tipos de bens ao processo de desfazimento de bens inservíveis considerando o maior grau de impacto à saúde humana e ao meio ambiente.

Identificou-se as áreas de atuação das 30 instituições submetidas à investigação e as suas respectivas esferas governamentais. A educação foi a área mais pesquisada na qual houve 20 instituições foram ambiente de pesquisa (Gráfico 2). Quanto à esfera de governo, 28 instituições são integrantes da União, enquanto 02 instituições compõem a esfera estadual (Gráfico 3).

Quadro 3 – Dissertações localizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES que abordam o tema sobre desfazimento de bens inservíveis

Título	Instituição Pesquisada	Autores
Ti Verde: Processo de gestão de descarte de equipamentos eletrônicos de informática na Universidade Federal de Rondônia	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Batista (2018)
Desfazimento de bens móveis permanentes de TI: elaboração de uma proposta de plano de ação para Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Lima (2018)
Resíduos eletroeletrônicos no Governo Federal: normas e procedimentos para descarte de materiais de informática - o caso do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET/RJ).	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET/RJ)	Ribeiro (2017)
Análise do acúmulo e método de descarte de bens patrimoniais em uma Instituição Pública de Ensino	Instituto Federal Fluminense (IFF)	Rosa (2017)
Logística reversa e gestão de resíduos de equipamentos de informática na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	Paes (2015)
Mapeamento dos resíduos eletroeletrônicos em um Hospital Público: Inventário e a Logística Reversa	Hospital Universitário Lauro Wanderley - João Pessoa/PB	Nobrega (2018)
Gestão Patrimonial: uma proposta para o controle dos bens permanentes móveis inservíveis em uma Instituição de Ensino Federal	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Salvador (2019)
Diretrizes para destinação de resíduos eletroeletrônicos de uma Instituição de Ensino de Porto Velho – RO	Instituto Federal de Rondônia (IFRO)	Costa (2019)
Resíduos eletrônicos: um estudo utilizando a metodologia do Balanced Scorecard	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Bastos (2017)
Gestão Ambiental em Instituições Públicas de Ensino Superior: processos de destinação de resíduos eletrônicos de informática	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Diniz (2016)

Título	Instituição Pesquisada	Autores
Logística reversa do lixo eletrônico médico-hospitalar: estudo de caso em Hospitais Públicos Federais	Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA); Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad (INTO); Instituto Nacional de Cardiologia (INC); Hospital Federal de Bonsucesso (HFB); Hospital Federal dos Servidores do Estado (HSE)	Cardozo (2018)
Destinação de resíduos eletroeletrônicos em Instituições de Ensino Superior do Estado de São Paulo: práticas adotadas na USP, UNICAMP e UFSCar	Universidade de São Paulo (USP); Universidade de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Sadalla (2019)
Desenvolvimento de um modelo gerencial para destinação sustentável de bens patrimoniais inservíveis em IFES	Fundação Universidade do Rio Grande (FURG); Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Tapia (2015)
Proposta de processo para desenvolvimento de um centro de descarte e reuso de lixo eletrônico na Universidade Federal de Goiás	Universidade Federal de Goiás - UFG	Silva (2020)
Estratégias políticas de desfazimento de resíduos eletroeletrônicos na Universidade Federal do Ceará	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Ponte (2017)
O desfazimento de equipamentos de tecnologia da informação e suas possíveis implicações à saúde	Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)	Sousa (2017)
Práticas de gestão do resíduo elétrico e eletrônico: o caso das Instituições Públicas Federais de Saúde do Município do Rio de Janeiro	Hospital Federal do Andaraí; Hospital Federal da Lagoa; Hospital Federal Cardoso Fonte; Hospital Federal de Ipanema; Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA); Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad (INTO); Instituto Nacional de Cardiologia (INC); Hospital Federal de Bonsucesso (HFB); Hospital Federal dos Servidores do Estado (HSE)	Mandarino (2018)

Fonte: Elaborado pelos autores

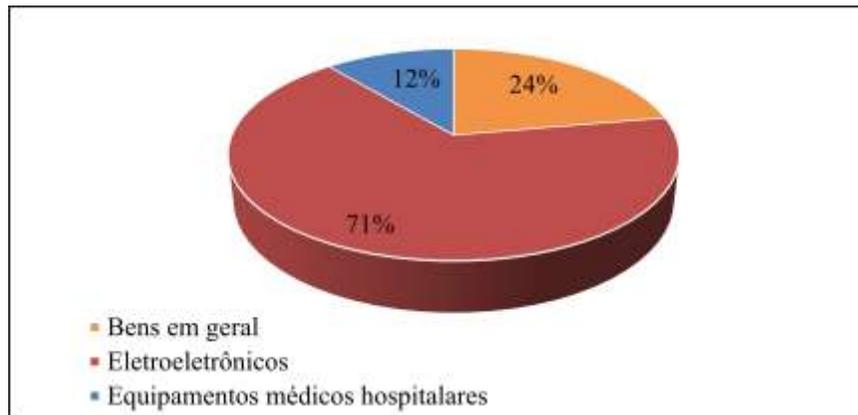


Gráfico 1 – Representação gráfica dos percentuais de tipos de bens inservíveis pesquisados pelos autores

Fonte: Elaborado pelos autores

Também foram levantadas as ações adotadas pelas instituições quanto à forma de desfazimento de bens inservíveis identificadas pelos autores, assim como as formas de desfazimento recomendadas após a conclusão desses estudos quanto à destinação ambientalmente adequada para atingir níveis sustentáveis. A alienação por meio da doação e leilão, bem como a reutilização e a reciclagem são as formas mais usuais pelas instituições, tendo em vista que são previstas no Decreto 9.373/2018 que orientam o processo de desfazimento na administração pública federal, conforme o Gráfico 4.

As formas de desfazimento que tiveram maior incidência de propostas nos estudos também foram a doação, o leilão, a reciclagem e a reutilização, não se diferenciando das formas de desfazimento já aplicadas nessas instituições, de acordo com o Gráfico 5.

As formas de doação e leilão, cada uma apresentaram o percentual de 41% de recomendação dos autores para a sua utilização no processo de desfazimento, enquanto a

reciclagem e a reutilização obtiveram 35% cada uma, observando-se que há um equilíbrio na propositura dessas formas e que as instituições não podem se restringir à escolha de apenas uma forma de desfazimento, considerando os percentuais constantes no Gráfico 4, nos quais há uma disparidade na escolha das formas de doação, reutilização e leilão em detrimento à reciclagem.

Segundo Tapia (2015), a doação com finalidade social pode ser realizada quando os bens estiverem em boas condições de uso devendo ser destinados às escolas públicas e organizações sociais, por exemplo. A doação de bens, peças e componentes de informática para a promoção da educação e da inclusão digital, caracteriza essa forma de desfazimento como uma prática sustentável (RIBEIRO, 2017). Os bens irrecuperáveis podem ser doados a associações de catadores ou de recicladores para atender o interesse social, pois os bens são submetidos ao processo de reciclagem, contribuindo com a redução de resíduos sólidos e promovendo a geração de emprego e renda (TAPIA, 2015).

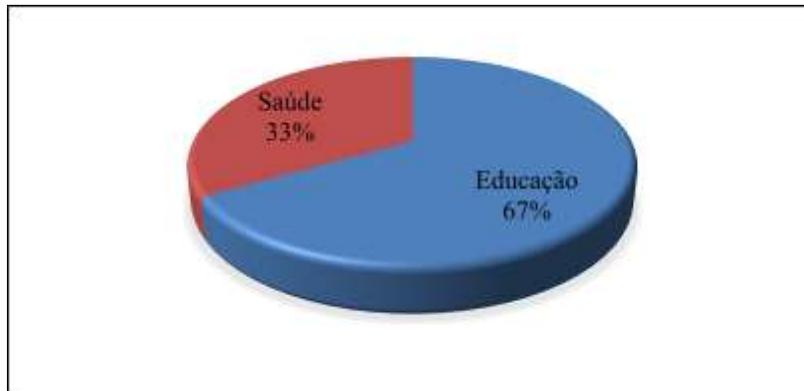


Gráfico 2 - Representação gráfica dos percentuais das áreas de atuação das instituições pesquisadas

Fonte: Elaborado pelos autores

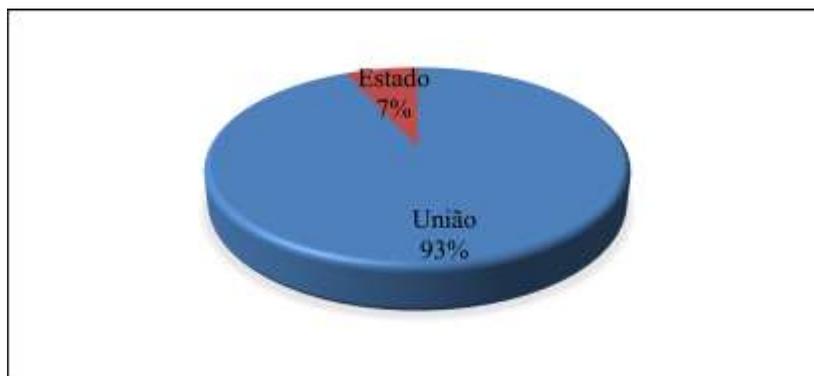


Gráfico 3 - Representação gráfica dos percentuais das esferas de governo de atuação das instituições pesquisadas

Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores

Ribeiro (2017) enfatiza que o leilão prima pela destinação ambientalmente adequada dos bens inservíveis, desde que as empresas participantes do certame possuam certificação ambiental, assim como a priorização dessa forma de desfazimento quando se tratar de bens irrecuperáveis objetivando a arrecadação de recursos para a instituição. Cardozo (2018) recomenda o leilão para o desfazimento de bens inservíveis que tenham características e funcionalidades complexas que dificultam o desfazimento por outras formas. Entretanto, Salvador (2019) considera que o leilão é inviável

na falta de recursos para a contratação de leiloeiro oficial quando não houver servidor qualificado no quadro de pessoal da instituição.

Quanto à reutilização, Lima (2018) afirma que os bens que podem ser recuperados na UFRB são reutilizados no âmbito da instituição após o conserto ou manutenção. Ribeiro (2017) corrobora que a reutilização de bens inservíveis que apresentem boas condições de uso no CEFET/RJ é uma prática sustentável no que tange à economia de recursos e à proteção do meio ambiente.

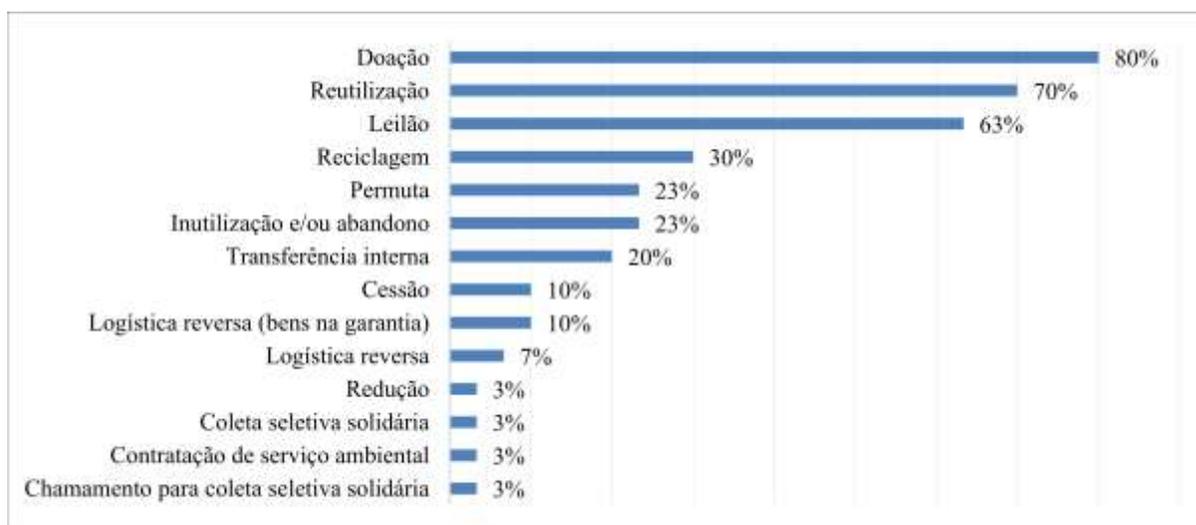


Gráfico 4 – Representação gráfica dos percentuais de formas de desfazimento adotadas pelas instituições pesquisadas pelos autores das dissertações

Fonte: Elaborado pelos autores



Gráfico 5 – Representação gráfica com os percentuais de formas de desfazimento propostas pelos autores das dissertações

Fonte: Elaborado pelos autores

A reciclagem foi abordada nesses estudos quanto à destinação de eletroeletrônicos, apresentando os casos dos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC) de iniciativa do Governo Federal por meio do projeto “computadores para inclusão” (LIMA, 2018; RIBEIRO, 2017) e do

Centro de Descarte e Reuso de Resíduos de Informática (CEDIR) e Reciclagem Tecnológica de São Carlos (REICLATESC) da USP (SADALLA, 2019). Essas unidades realizam o recebimento de eletroeletrônicos que passam pelo processo de triagem e recondicionamento por meio de ações

dirigidas à inclusão digital e formação de jovens em situação de vulnerabilidade social com a finalidade de reutilização pelas próprias instituições públicas ou doação às escolas públicas, organizações não governamentais ou às associações de catadores e recicladores visando a inserção desses resíduos no ciclo reverso que contribui com a oferta de emprego e renda (BASTOS, 2017; LIMA, 2018; RIBEIRO, 2017; SADALLA, 2019).

## 5 CONCLUSÃO

Este artigo apresentou o resultado de um estudo bibliométrico no qual obteve-se o cenário das pesquisas constantes nas dissertações publicadas no Catálogo de Teses e Dissertação do Portal CAPES que abordam o processo de desfazimento de bens inservíveis na Administração Pública. Constatou-se que os estudos sobre o tema são recentes, considerando o rol das 17 dissertações averiguadas neste estudo que abrangem o período de suas defesas entre os anos de 2015 e 2020.

O desfazimento de equipamentos eletroeletrônicos apresentou maior número de estudos realizados em relação aos demais tipos de bens patrimoniais inservíveis como equipamentos médico hospitalares e bens em geral como mobiliário que tiveram poucas dissertações que pesquisaram sobre os seus processos de desfazimento. Isso deve-se ao fato de que os equipamentos eletroeletrônicos se tornam obsoletos em rápida escala e neles são encontrados materiais tóxicos prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.

Os estudos foram realizados em sua maioria em instituições públicas da área da educação apresentando o percentual de 66% em relação à área da saúde com o percentual de 33%, bem

como a esfera de governo mais abrangida foi a União com 93%. O interesse na investigação científica sobre o desfazimento de bens inservíveis nessa área e esfera governamental pode estar atrelada à legislação federal que estabelece as normas para a realização do processo de desfazimento na Administração Pública Federal por meio do Decreto 9.373/2018.

A bibliometria demonstrou as formas de desfazimento mais utilizadas pelas instituições e as formas de desfazimento que tiveram maior propositura nos resultados obtidos pelos autores. Nesse levantamento, as formas de doação, leilão, reutilização e reciclagem são as mais usuais, sendo chanceladas pelos autores como formas sugeridas para se desfazer de bens inservíveis.

A realização deste estudo foi limitada com base nas dissertações publicadas no Brasil por não encontrar artigos científicos nas bases de dados da Wef Of Science, Scopus e Spell que trouxessem o tema do desfazimento de bens inservíveis ou que abordassem o tema com destaque e foco nos objetivos desta pesquisa. Vale ressaltar que não foram levantados os dados referentes as principais teorias e autores, os fatores que acarretam impactos ambientais e os resultados gerais alcançados pelos estudos analisados.

Nesse sentido, sugere-se a continuidade de pesquisas sobre tema para identificar as principais teorias e autores que respaldam o processo de desfazimento de bens inservíveis; levantar os fatores do processo de desfazimento que contribuem para o surgimento de riscos ambientais; e apontar as dimensões da sustentabilidade que podem ser alcançadas por cada forma de desfazimento prevista na legislação brasileira.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Tarcísio; BASTOS, Danilo Gonçalves; AFONSO, Bruno Pellizzaro Dias; GONÇALVES, Carlos Alberto. Resíduos Eletrônicos – Um Estudo Utilizando A Metodologia do Balanced Scorecard. Anais do VI SINGEP. São Paulo – SP, Brasil – 13 e 14/11/2017. Disponível em: [http://singep.submissao.com.br/6singep/resultado/an\\_resumo.asp?cod\\_trabalho=407](http://singep.submissao.com.br/6singep/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=407) . Acesso em: 03 mai. 2022

ANDRADE, Ricardo Teixeira Gregório de; FONSECA, Carlos Sigmund Meneses; MATTOS, Karen Maria da Costa. Geração e destino dos resíduos eletrônicos de informática nas Instituições de ensino superior de Natal-RN. Holos, Ano 26, Vol 2 (2010), p. 100-112. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2010.395>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/395/328>. Acesso em: 03 mai. 2022.

BASTOS, Danilo Gonçalves. Resíduos Eletrônicos - Um estudo utilizando a Metodologia do Balanced Scorecard. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) 147 f. Fundação Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo, 2017. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5085376#](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5085376#). Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. Instrução Normativa nº 205 de 08 de abril de 1988. Racionaliza sobre minimização de custos do uso de material no âmbito do SISG através de técnicas modernas que atualizam e enriquecem essa gestão. <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-205-de-08-de-abril-de-1988> . Disponível em: 04 mai. 2022

BRASIL. Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990. Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d99658.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99658.htm). Acesso em: 27 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm) . Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm) . Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Decreto n.º 9.373 de 11 de maio de 2018. Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9373.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9373.htm) . Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.936 de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10936.htm#art91](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10936.htm#art91) . Acesso em: 15 fev. 2022

BATISTA, Washington da Silva. TI VERDE: Processo de Gestão de Descarte de Equipamentos Eletrônicos de Informática na Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) 155 f. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho - RO, 2018. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6368938](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6368938). Acesso em: 20 dez. 2021.

CARDOZO, Andrea Pereira. Logística reversa do lixo eletrônico médico-hospitalar: estudo de caso em hospitais públicos federais. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial) 89 f. Universidade Estácio de Sá, Rio

de Janeiro – RJ, 2018. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7310175](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7310175). Acesso em: 20 dez. 2021

GONÇALVES, Anderson Luiz Parron. Gestão patrimonial: o processo de desfazimento de bens permanentes na Universidade Federal da Grande Dourados. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) 135 f. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2021. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-ADMINISTRACAO-PUBLICA/DISSERTA%C3%87%C3%95ES%20DEFENIDAS/AndersonLuizParronGoncalves%20-%20dissertacao.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2022

LIMA, L.; BORGES, A. Desfazimento de Bens Móveis Permanentes de TI em uma Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Enciclopédia Biosfera, v. 17, n. 32, 2020. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/enciclop/2020B/desfazimento.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2022

LIMA, Leila Selles Silva. Desfazimento de bens móveis permanentes de TI: elaboração de uma proposta de plano de ação para a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) 181 f. Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira - BA, 2018. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8560122](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8560122). Acesso em: 20 dez. 2021.

MORAES, R. A. de. A GESTÃO PATRIMONIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 604–622, 2021. DOI: <http://www.doi.org/10.51891/rease.v7i4.991>. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/991>. Acesso em: 03 mai. 2022.

RIBEIRO, Elielson Lima. Resíduos eletroeletrônicos no governo federal: normas e procedimentos

para descarte de materiais de informática: o caso do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro CEFET/RJ. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) 114 f. Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, 2017. Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5066358](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5066358). Acesso em: 20 dez. 2021.

RODRIGUES, Angela Cassia. Impactos socioambientais dos resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos: estudo da cadeia pós-consumo no Brasil. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) 321 f. Universidade Metodista de Piracicaba, Santa Bárbara D'Oeste – SP, 2007. Disponível em: [https://iepapp.unimep.br/biblioteca\\_digital/pdfs/2006/KFTTMPPVCRXA.pdf?msclid=b447dd68a60911ecb665aad279ade7cd](https://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/2006/KFTTMPPVCRXA.pdf?msclid=b447dd68a60911ecb665aad279ade7cd). Acesso em: 08 mar. 2022

ROSA, C. DA S.; GONÇALVES JÚNIOR, E. R.; DE SOUZA, C. L. M.; ERTHAL JUNIOR, M. ANALYSIS OF THE ACUMULUM AND DISPOSAL METHOD OF ASSETS IN PUBLIC ORGANS. Revista Produção e Desenvolvimento, v. 4, n. 2, p. 60-75, 21 Apr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i4.991>. Disponível em: <https://revistas.cefet-rj.br/index.php/producaoedesenvolvimento/article/view/259>. Acesso em: 03 mai. 2022.

ROSA, Cleide da Silva. Análise do acúmulo e método de descarte de bens patrimoniais em uma instituição pública de ensino. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), 96 f. Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes - RJ, 2017. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5866239](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5866239). Acesso em: 20 dez. 2021.

SADALLA, Beatriz de Aragão. Destinação de resíduos eletroeletrônicos em instituições de ensino superior do Estado de São Paulo: práticas adotadas na USP, UNICAMP e UFSCar. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica)

---

148 f. – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas - SP, 2019. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7738626](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7738626). Acesso em: 20 dez. 2021.

SALVADOR, Carla. Gestão patrimonial: uma proposta para o controle dos bens permanentes móveis inservíveis em uma instituição de ensino federal. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) 80 f. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. São Mateus - ES, 2019. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7786130](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7786130). Acesso em: 20 dez. 2021.

TAPIA, Jaiser. Desenvolvimento de um modelo gerencial para destinação sustentável de bens patrimoniais inservíveis em IFES. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas) 94 f. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, 2015. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3082819](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3082819). Acesso em: 20 dez. 2021